

ções Unidas feita em Glasgow, na Escócia, em 2022. Tasso Azevedo perguntou à hoje ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara quais eram as principais demandas das populações tradicionais. Em primeiro lugar, demarcação territorial. Em segundo, conectividade. "Isso nos surpreendeu. Imaginávamos que seria saúde. Mas o fato é que a conectividade permite todo o resto", diz Tasso, presidente do conselho deliberativo do Conexão Povos da Floresta.

Foi exatamente o que aconteceu na manhã da quinta-feira 6 de junho. Um grupo de participantes do 1º Encontro da Rede Conexão Povos da Floresta se deslocou, de ônibus, para Murumuru, a uma hora e meia de Alter do Chão. Foram recebidos no salão da comunidade, que cheirava a café, pães feitos na hora e bolos quentinhos de mandioca, banana e açaí, dispostos com cuidado na mesa forrada com um tecido colorido.

"Essa não é uma mesa qualquer. É uma mesa de resistência", explicou Miriane Coelho, secretária da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém. "De resistir a tudo o que o industrializado e o enlatado têm. É um lugar onde a gente coloca o que sabemos fazer desde sempre."

Miriane deu os números — seriam 4 mil quilombolas nas comunidades de Santarém, segundo os registros oficiais, mas 10 mil, segundo os quilombolas. "É um prazer e uma estratégia fazer parte do movimento Conexão Povos da Floresta. Quando se falou disso, nem achávamos que seria no território quilombola. Somos tidos aqui na Amazônia como quilombolas invisíveis, não existimos. Mas vamos mostrar que estamos aqui também. A minha comunidade nem tinha esperança de ser conectada. Nem temos energia."

O investimento total do projeto é estimado em US\$ 80 milhões. Em dois anos, foram R\$ 50 milhões investidos. Os números mais recentes, de julho, são de 933 comunidades conectadas, mais de 23 mil usuários, cerca de 71 mil pessoas beneficiadas em nove estados e 237 municípios. Não há dinheiro público, é tudo com recursos da filantropia. O maior investimento é fornecer energia renovável às comunidades que ainda não têm. Imagina-se que as comunidades em territórios protegidos da Amazônia, 4.537 no primeiro mapeamento, são mais de 5 mil. Algumas previsões indicam 8 mil.

O pulo do gato é a simplicidade da infraestrutura que permite a conexão. O kit de conectividade é montado pela equipe do Instituto Conexão Povos da Floresta e pode ser instalado e mantido pelos comunitários. Inclui antena de internet banda larga via satélite de baixa órbita, roteador, celular e um computador. As comunidades sem acesso à energia convencional recebem um kit de energia solar, com placas fotovoltaicas e uma bateria de lítio. São da Ion Energia, de Sorocaba, no interior de São Paulo.

Os equipamentos chegam em caixas leves e podem ser montados em horas. Os computadores são fornecidos pela ReUrbi Socioambiental, empresa de economia circular que coleta equipamentos e reaproveita materiais de TI. A tecnologia de comunicação é da Starlink, de Elon Musk. A escolha da Starlink levou em conta vários pontos — era a opção mais barata, podia ser implantada pelos indígenas, quilombolas e extrativistas e permitia manutenção feita pela própria comunidade. A antena é da Starlink, mas a empresa não tem nada a ver com o projeto.

A primeira instalação aconteceu em março de 2023, na Terra Indígena Yanomami. Depois foi a vez do povo Murumuru, da Terra Indígena Ariramba, no Amazonas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupá-Baquió, unidade de conservação no Pará onde vivem extrativistas, recebeu os kits em maio de 2023, e assim por diante.

Além da infraestrutura, outro pilar do projeto é o controle comunitário. A rede é gerenciada pela comunidade, que maneja um aplicativo de acordo com regras definidas coletivamente. Um grupo de pessoas, os facilitadores comunitários, gerenciam o cadastro, o perfil de usuário, controlam as regras de uso e os filtros de conteúdo. No aplicativo há um guia de boas práticas e manuais para criação de e-mails ou para navegar na internet.

O terceiro front é o da inclusão e do



Cacique Gilliard Juruna, da aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquiçamba, testa sinais vitais no tablet



Equipe do Saúde & Alegria, ONG que apoia o projeto, e Juliana Dib Rezende, secretária executiva do Instituto Conexão

empoderamento digital. Foram organizados cinco grupos de trabalho. O de saúde já conectou mais de 30 comunidades ao Portal Telemédica, o parceiro operacional. A meta é chegar a 100 comunidades até o fim do ano. "O foco da Telemédica é o fortalecimento do SUS, que não consegue chegar na ponta da flecha", diz Juliana Dib Rezende, secretária executiva do Instituto Conexão.

O grupo do empreendedorismo busca apoiar novos negócios desde a ideia, estruturação e abertura do CNPJ. A intenção é ajudar o empreendedor e evitar que tenha que sair à toa do território. "Eles têm a prática do extrativismo, são empreendedores naturais da floresta", diz Luana Coelho, coordenadora de projetos do Centro de Empreendedorismo da Amazônia, apoiador da Conexão, com sede em Belém.

Conectados, eles conseguem acesso a conhecimento: como melhorar a produção, a existência de marketplaces na rede, vender nas mídias sociais e até receber Pix. "É uma curadoria de oportunidades", explica Luana. Entre indígenas, extrativistas e quilombolas há empreendedores em etapas diferentes.

"Nosso foco inicial era dar impulso à origem de negócios, mas o que está saindo, de melhor, é a troca entre eles", diz. Com foco em floresta e biodiversidade, há múltiplas cadeias de valor emergindo, do açaí e cacau ao artesanato e moda, turismo e gastronomia, passando por produtos florestais não madeireiros, sementes, óleos e frutas.

Educação, por seu turno, é um tema gigante e desafiador na Conexão. "O principal é garantir a segurança e acessibilidade focando na infância, na juventude e nos idosos", diz Juliana. "Temos um olhar do uso seguro da internet. Isso significa que, a cada nova conexão, os facilitadores das comunidades — pessoas indicadas pelos comunitários para fazer a gestão da rede — passam por oito encontros de "sabeedoria digital". "Ali vai se falar sobre o uso da senha, como a internet funciona, qual a importância de se garantir a responsabilidade compartilhada desse mundo novo", explica.

Há palestras sobre crise hídrica da Amazônia, filtros de conteúdo, uso indevido de conteúdos online, por exemplo. "A cada instalação, com cuidado e respeito, entramos com o que já vivemos em relação à internet, algo que vivenciamos todos os dias, há anos, dentro das nossas próprias casas. E falamos da responsabilidade compartilhada, para que todas as comunidades entendam que elas também são responsáveis, para que os pais vejam como os filhos estão usando seu celular", diz Juliana.

Os debates, no grupo, de como apresentar o mundo da internet a quem não o conhece, suas possibilidades e riscos, são intensos e amadurecem no processo. Joaquim Belo, do CNS, deu um pouco da dimensão do que a conectividade po-



Vali Solidade: "Política pública é um direito"



Tasso Azevedo: "Tornar visíveis esses povos"

de significar aos povos da floresta: "Trabalho com jovens. Eles enxergam tecnologia no celular, no computador, na televisão, mas não conseguem enxergar a tecnologia que há numa canoa ou que o matapi da pesca de camarão [armadilha em formato cilíndrico feita com tala de palmeiras] é uma tecnologia. Porque o sistema vai fazendo o menino negar o que ele é. É fundamental que um projeto como esse olhe para os desafios que temos. A conexão irá cumprir um papel nesse processo, mas terá que ir além."

O grupo que trata da proteção territorial também tem tarefa ambiciosa: procura fazer com que a internet sirva como um escudo à proteção dos territórios. Neste grupo, cruzando mais de nove fontes oficiais e de parceiros, chega-se a estimativas de mais de 8.200 comunidades na Amazônia. "Há muita invisibilidade desses povos", registra Juliana.

Cultura e ancestralidade são a base do quinto grupo. Os tópicos giram em torno do ativismo digital, de jovens comunicadores, da crise climática. "E também de como garantir que a tecnologia seja uma aliada para a preservação cultural e para manter o espírito ancestral desses povos", preocupa-se Juliana.

Um depoimento emocionante sobre ancestralidade veio de Valclécia Solidade, superintendente de desenvolvimento sustentável de comunidades da Fundação Amazônia Sustentável, a FAS. Val, como é conhecida no mundo das ONGs que trabalham pela Amazônia, disse ter nascido em Murumuru. Saiu de lá aos 10 anos porque não havia como estudar, só até a quarta série. "Fui morar na casa de pessoas, trocar minha mão de obra por educação." Segue: "Se não temos acesso, temos que correr atrás, e é este processo que torna as comunidades invisíveis. Não somos nós que temos que correr atrás da política pública. Ela tem que nos achar onde nós estamos, é um direito constitucional". Refere-se a outro papel crucial que os povos da floresta exercem no território: "Um papel difícil porque são a própria barreira da violência".

Cristiana Camarate, conselheira substituta da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações, trouxe a previsão de investimentos na região. No Brasil há 10% da população não conectada, o pior índice na América Latina. O Programa Norte Conectado, do Ministério das Comunicações, quer implantar oito infovias na região com 12 mil km de cabos subfluviais e R\$ 1,3 bilhão de investimentos. "Isso é estruturante", disse.

"Criamos algo muito simples, mas a quantidade de oportunidades que esse projeto abre, nunca havíamos imaginado", diz Tasso Azevedo. "Conectar as comunidades é criar a rede. E é a rede que irá gerar impacto em larga escala", segue.

No evento em Alter ouviram-se vários exemplos do efeito-rede. Um deles é do CNS, que se organiza para, finalmente, poder participar das consultas, editais e propostas para o Plano Safra, algo com que a associação nunca conseguiu se envolver. Ou o caso de Sineia

do Vale, a líder wapichana especialista na crise climática que, a partir da conexão, conseguiu participar de audiência do Conselho Nacional de Justiça em Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Outra frente é a econômica. Os extrativistas agora conseguem, em rede, combinar preços para não serem enganados por atravessadores ou promover vendas coletivas dos seus produtos. Há iniciativas de adaptação à emergência climática — comunidades conectadas durante as fortes cheias no Acre no início de 2024 avisavam quando as águas chegavam em sua área e assim preparavam as que estavam adiante.

A outra face do adiante mostra que no mundo novo há também jogos de azar e de violência, golpes e pornografia. Na discussão, em Alter, surgiu a ideia de se montar uma nova estratégia para fazer com que os filtros de conteúdo possam funcionar de modo mais eficiente.

Hoje é dado aos comunitários controle sobre todos os temas — registram quem pode entrar na internet, horário, bloqueios de conteúdo. Agora se decidiu colocar filtros, como padrão, para sites do gênero. "Se a comunidade quiser tirar o filtro, terá que tomar essa decisão. Mas uma coisa é decidir colocar um filtro de conteúdo; outra, bem diferente, é tomar a decisão de se tirar o bloqueio", diz Tasso. Outra iniciativa será criar mecanismos para que a comunidade possa, de forma rápida, denunciar ameaças. "Tipo um botão de pânico", explica.

O próximo passo é captar recursos para chegar a mil comunidades conectadas em julho; em seguida, ampliar para 5 mil comunidades. "E depois atender às mais de 5 mil que mapeamos. Esse é o ritmo." Tasso segue: "Queremos acelerar um direito que já existe", diz.

Ronaldo dos Santos, secretário de políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e ciganos, do Ministério da Igualdade Racial, surpreendeu-se com a rede: "Esta conexão é uma das grandes experiências revolucionárias que estão acontecendo no Brasil atualmente", diz. "O que define a potência da luta é o poder da comunicação. Não digo que antes da internet não havia luta, muito ao contrário: se chegamos até aqui é porque foi possível. Mas a conexão fortalece a luta dos povos da floresta", segue. "Uma coisa é essa comunidade resistir às pressões que vêm sobre ela. Outra é a capacidade de se articular com a comunidade do lado, e assim, se fortalecer."

Mas a grande história daquela manhã de 6 de fevereiro estava por vir. Foi a visita à Unidade Básica de Saúde do Tinizingu, a 20 minutos do quilombo de Murumuru. Lá trabalham 24 pessoas em situação de poucos recursos e muitas demandas — desde meninos que caem de açaízeiros a partos. São três enfermeiras, um único médico, o motorista do barco, o da ambulância e alguns auxiliares.

Ao receberem a conexão, as enfermeiras Adriane Ramos, Silvane Guimarães e Merválida dos Santos conseguiram fazer, em um dia, 35 eletrocardiogramas (com um pequeno aparelho emprestado) em gente que nunca passou por isso. "Todos os povos da floresta, que fazem parte do Conexão, podem ter acesso 24 horas por dia a médicos", disse Rafael Figueroa, cofundador do Portal Telemédica, explicando o sistema. "O desenho da saúde digital, no Conexão, já nasce em harmonia com o SUS", segue.

Em certo momento, Figueroa ergueu um tablet, digitou alguns comandos e a médica Andressa Cardoso Sales surgiu na tela. Surpreendeu-se com a plateia e nenhum paciente. Estava no Rio Grande do Sul, ajudando na tragédia das chuvas de maio, e viu-se na UBS da remota comunidade paraense. O mesmo tablet foi usado algumas horas depois, no salão de Murumuru, para testar alguns sinais vitais através da visão da retina do usuário. Foi assim que o líder indígena Gilliard Juruna mediu sua pressão, o nível de estresse e o batimento cardíaco, e viu que estava tudo em ordem. "A conexão tem nos ajudado muito. Anotamos as invasões do garimpo no território e já fazemos a denúncia pela rede", diz.

Ao final da apresentação, um aparelho de eletrocardiograma foi doado à UBS. Wanderson Skrook, coordenador de operações da ReUrbi, surgiu com um computador da economia circular, em perfeito funcionamento, e que também foi doado às enfermeiras do Tinizingu. ■



Joaquim Belo: "Há tecnologia numa canoa"